

A AMBULÂNCIA DA CRUZ VERMELHA EM MOÇAMBIQUE (1916-1918)

HELENA DA SILVA*

Socorrer os militares em tempo de guerra, em colaboração com os serviços militares de saúde, foi sempre uma das funções definida nos estatutos da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha, que em 1887 sucedeu à anterior «Comissão Portuguesa de Socorros a Feridos em tempo de Guerra», criada em 1865¹. Seguindo este princípio, a Cruz Vermelha Portuguesa colaborou com as forças militares em Moçambique nos cuidados aos soldados feridos e doentes. Uma das várias acções desenvolvidas pela instituição prendeu-se com a criação de uma ambulância da parte da Delegação de Lourenço Marques². Convém salientar que uma ambulância, no contexto da Grande Guerra, não era mais do que um hospital de campanha, que como tinha grande mobilidade podia acompanhar a progressão das tropas no terreno, como aliás iremos constatar.

Em Maio de 1916, Adriano Moreira Feio³ foi nomeado Comissário da Delegação de Lourenço Marques e incumbido de organizar a ambulância que acompanharia as

* Investigadora FCT (IF/00631/2014/CP1221/CT0004) no Instituto de História Contemporânea (FCSH-NOVA) com um projeto de investigação sobre os cuidados de saúde durante e após a Grande Guerra. Membro associado do *Groupe de Recherches Identités et Cultures* (GRIC-Université du Havre). helenarfdasilva@yahoo.com. Este artigo segue o Acordo Ortográfico de 1945.

¹ MARQUES, 2000: 23-24; *Cruz Vermelha Portuguesa*, 1926: 31-32, 38.

² Existiu uma outra ambulância da Cruz Vermelha Portuguesa, organizada pela sede de Lisboa. A Cruz Vermelha teve ainda um papel no desembarque e na hospitalização dos soldados em Lourenço Marques, onde um grupo de damas enfermeiras servia no Hospital 5 de Outubro. Sobre isto consulte-se SILVA, 2016.

³ Nasceu em 1852 em Soure, distrito de Coimbra. Como empregado público teve uma vida associativa e benemérita importante, nomeadamente como fundador da ambulância voluntária dos Incêndios em Lisboa, fundador da Associação

tropas portuguesas. Esta Delegação tinha sido criada em Outubro de 1914 quando foi também eleita uma direcção provisória para organizar o envio de uma formação de saúde para o território moçambicano, acompanhando assim a expedição portuguesa. Contudo, a Delegação apenas iniciou funções em Março de 1916, devido a uma controvérsia com a sua denominação. O presidente da Delegação de Lourenço Marques era então Pedro Luiz Bellegarde da Silva, o primeiro secretário era José Fernandes Ferreira e o tesoureiro era Adriano Moreira Feio⁴.

Partindo da análise de um conjunto de fontes existentes no Arquivo da Cruz Vermelha Portuguesa (ACVP) em Lisboa, no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e no Arquivo Histórico Militar (PT-AHM), pretendemos conhecer melhor esta ambulância da Cruz Vermelha Portuguesa, estudando os seus movimentos no território moçambicano durante a Grande Guerra. Além disso, tentaremos identificar quem esteve ao serviço desta estrutura, nomeadamente quem dispensava os cuidados de saúde. As fontes disponíveis permitem-nos também efectuar uma análise dos indivíduos que deram entrada na ambulância, incluindo os motivos para a admissão, entre outros dados. Por último, procuraremos conhecer algumas das dificuldades enfrentadas e soluções encontradas para compreender um pouco melhor como funcionou esta ambulância e avaliar o contributo da Cruz Vermelha no esforço de guerra.

LOCAIS DE PASSAGEM

Como referimos, uma ambulância não era mais do que uma equipa móvel de saúde, que se podia deslocar no terreno, acompanhando os avanços e recuos das tropas. Quando um local era escolhido para se estabelecer, havia a possibilidade de recorrer a instalações hospitalares já existentes ou de construir novas, consoante as necessidades. No caso da ambulância da Delegação da Cruz Vermelha de Lourenço Marques, entre Outubro de 1916 e Julho de 1918, esta esteve sediada em seis locais diferentes.

Comercial de Lourenço Marques e das lojas maçónicas de Moçambique. Residiu em Lourenço Marques, desde os finais do século XIX. ACVP – *Pasta 1.ª Guerra Mundial — África*.

⁴ *Boletim Oficial da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha*, 1919a: 17-18.

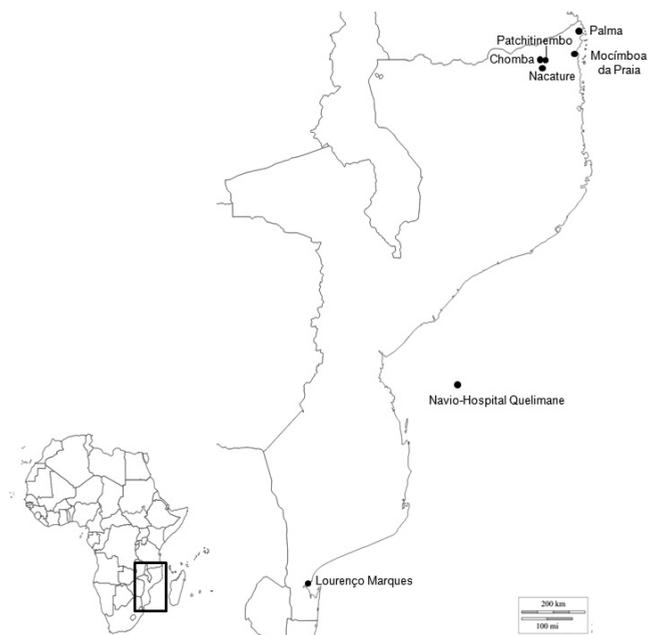


Fig. 1. A ambulância da Cruz Vermelha em Moçambique
 Fonte: ACVP — *Pasta 1.ª Guerra Mundial — África* (mapa da autora)

A primeira base desta ambulância foi o Navio-Hospital Quelimane⁵, entre 25 de Outubro e 16 de Dezembro de 1916. A primeira data corresponde à tomada de serviço do médico Aurélio Ricardo Belo⁶, chefe da ambulância, e do restante pessoal que o acompanhava e, a segunda, à data de desembarque do Quelimane na Baía de Palma⁷. Desde finais de Março de 1916 e inícios de 1917 que a base portuguesa das operações militares, que se encontrava em Palma, à qual se junta a ambulância da Cruz Vermelha. A partir de 18 de Dezembro de 1916, Ricardo Belo dirige o Hospital de Palma, começando os serviços da ambulância a funcionar ali ainda nesse mês, substituindo assim a Ambulância de Lisboa que regressa à capital⁸. Sabemos que o chefe desta última, o Dr. Artur Machado, doou à nova ambulância um conjunto de medicamentos que o seu sucessor considerou como uma «dádiva valiosíssima»⁹. Quanto

⁵ Este foi um dos navios alemães (Kronprinz) estacionado nos portos portugueses, apreendido a 23 de Fevereiro de 1916. Inicialmente funcionou como Navio-Hospital e, desde 1918, como transporte de passageiros e mercadorias. CARVALHO, 2015: 68.

⁶ Nascido em 1877, no Fundão (Castelo Branco), médico-cirurgião pela Escola-Médica de Lisboa, casado, alistou-se como médico voluntário a 12 de Maio de 1915 na Cruz Vermelha, tendo servido em Angola e depois em Moçambique, ao serviço do 1.º Grupo da Companhia de Saúde. ACVP — *Pasta 1.ª Guerra Mundial África*.

⁷ *Boletim Oficial da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha*, 1919a: 18-19; AHU — 02.04.19.971; ACVP — *Pasta 1.ª Guerra Mundial África*.

⁸ ACVP — *Pasta 1.ª Guerra Mundial África*.

⁹ ACVP — *Pasta 1.ª Guerra Mundial África*.

às instalações do Hospital de Palma, estas incluíam seis pavilhões de construção local, tipo palhota e cerca de 200 camas¹⁰. Existia ainda uma casa mortuária, nas traseiras da farmácia, que foi destruída por um temporal em Abril de 1917¹¹.

A ambulância permaneceu em Palma até Abril de 1917, passando então para Mocimboa da Praia, a 80 quilómetros a sul de Palma, seguindo a mudança da base das operações militares¹². Neste caso, as instalações hospitalares foram montadas de raiz pelo pessoal da ambulância da Cruz Vermelha, a partir de 22 de Abril, estando a funcionar em pleno um mês depois, mas revelando-se desde logo insuficientes para o número de doentes¹³. A ambulância permaneceu em Mocimboa da Praia até Setembro de 1917, quando seguiu novamente as operações militares em direcção a Chomba, a cerca de 140 quilómetros do litoral. A 10 de Setembro iniciou-se a deslocação da ambulância, tendo Manuel dos Santos Malta, o ajudante do Comissário Moreira Feio, partido a 25 de Setembro. Uma vez mais, foi necessário construir palhotas para a ambulância, estando já em funcionamento no início de Outubro, apesar de Ricardo Belo chegar apenas em Novembro¹⁴. Desta vez a partida foi causada pelo avanço dos alemães em direcção a Chomba e a consequente retirada das tropas. A ambulância recebeu ordens para partir, com toda a urgência, para Patchitinembo, a dez quilómetros a leste¹⁵. Em Patchitinembo, a ambulância funcionou como Hospital de Sangue, devido à fusão com o Hospital Militar de Chomba, ficando sob a direcção do médico Calvet de Magalhães¹⁶.

Em Dezembro, a formação da Cruz Vermelha partia novamente para Nacature, onde se instalaria até Julho de 1918. Nesse mês, a ambulância da Cruz Vermelha ter-se-á deslocado novamente tendo em conta o pedido aprovado de camiões e carros ao exército¹⁷. Infelizmente, não sabemos qual o destino da ambulância ou até se esta terá sido desmantelada.

1. TRABALHAR NA AMBULÂNCIA

O pessoal ao serviço desta ambulância varia ao longo do período em análise, sendo que alguns homens permanecem poucos meses, enquanto outros, vários anos. Alguns eram civis ao serviço da Cruz Vermelha e outros militares. Apesar do número de homens ao serviço da ambulância variar, estes eram cerca de dezasseis europeus e uma cinquentena de indígenas. Como vimos, entre Outubro de 1916 e Abril de 1918, o chefe da ambulância foi o alferes médico Aurélio Ricardo Belo, posteriormente

¹⁰ *Boletim Oficial da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha*, 1919b: 154.

¹¹ ACVP — *Pasta 1.ª Guerra Mundial África*.

¹² ACVP — *Pasta 1.ª Guerra Mundial África*.

¹³ ACVP — *Pasta 1.ª Guerra Mundial África*.

¹⁴ ACVP — *Pasta 1.ª Guerra Mundial África*.

¹⁵ ARAÚJO, 2015: 82; ACVP — *Pasta 1.ª Guerra Mundial África*.

¹⁶ ACVP — *Pasta 1.ª Guerra Mundial África*.

¹⁷ AHU — 02.04.19.962.

tenente médico do 1.º Grupo da Companhia de Saúde. Este foi substituído a 17 de Abril de 1918 pelo tenente médico miliciano do 2.º Grupo da Companhia de Saúde Jorge Barros Capinha¹⁸.

Para além do director ou chefe da ambulância, não parecem ter existido outros clínicos, excepto num curto período. Apesar de em Dezembro de 1917, Ricardo Belo ter pedido dois médicos, apenas surgem referências ao tenente médico miliciano Francisco José Gonçalves Rebelo como clínico auxiliar em Janeiro de 1918, desaparecendo da lista do pessoal da ambulância logo no mês seguinte¹⁹.

Desde finais de Setembro de 1916, Manuel dos Santos Malta, civil, era o ajudante do Comissário Moreira Feio, efectuando desde então o serviço da secretaria durante todo o período em análise²⁰. Isto significa que tratava de toda a correspondência, do registo de entradas e saídas dos doentes e ainda do registo de géneros. O Dr. Belo elogiou-o pelos seus serviços, em várias ocasiões, nomeadamente quando Santos Malta chegou a dar injecções, dietas e medicamentos, para fazer face à falta de pessoal de enfermagem²¹. Santos Malta partia regularmente em diligência para Lourenço Marques sendo, desde Outubro de 1917, substituído na sua ausência pelo amanuense José Maria Grácio. Este era inicialmente 1.º cabo, tendo sido promovido a 2.º sargento em 28 de Fevereiro de 1918²².

Existia também um ajudante de farmácia, Artur dos Santos, mencionado desde Fevereiro de 1917, quando esteve doente. Em Janeiro de 1918 este 2.º Sargento da Cruz Vermelha era encarregado da farmácia, tendo partido para Lourenço Marques com Ricardo Belo em Abril de 1918. Desde 19 de Dezembro de 1917, António Gonçalves desempenhava a função de barbeiro e fiel da arrecadação e, por vezes, surge também como ajudante de enfermaria. Havia ainda o fiel de depósito e encarregado de esterilização da água, António Francisco, que em Maio de 1917 foi também presente à Junta de Saúde.

Além destes homens, a ambulância contava com dois a cinco enfermeiros, três a quatro ajudantes de enfermaria e dois serventes de enfermaria, sendo um deles o indígena Inhanica em Nacature. Este pessoal de enfermagem varia ao longo do tempo, respondendo por um lado à necessidade do serviço e, por outro, à necessidade de pessoal, isto é, para substituir os elementos doentes, o que acontecia regularmente. Por exemplo, o enfermeiro Paixão, que já estava ao serviço da ambulância no Navio-Hospital Quelimane, foi hospitalizado e evacuado em Fevereiro de 1917, acabando por falecer em meados desse mesmo ano. O enfermeiro Emílio Semedo foi também hospitalizado

¹⁸ Este médico terá passado antes por Angola. PT-AHM — 1/35/1401/9. ACVP — *Pasta 1.ª Guerra Mundial África*; AHU — 02.04.19.920.

¹⁹ AHU — 02.04.19.937; AHU — 02.04.19.920.

²⁰ *Boletim Oficial da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha*, 1919a: 18; ACVP — *Pasta 1.ª Guerra Mundial África*.

²¹ ACVP — *Pasta 1.ª Guerra Mundial África*.

²² AHU — 02.04.19.920.

em Fevereiro desse ano e acabou por ser dispensado dois meses depois. Nesse mesmo período, dois outros soldados praticantes de enfermagem e dois cozinheiros adoeceram, o que levou à contratação do indígena Alifa para preparar as refeições para o pessoal da ambulância²³. Como sabemos, durante a Primeira Guerra Mundial, o número de homens doentes em Moçambique foi elevado, afectando também os profissionais de saúde, incluindo o próprio Dr. Belo, que também adoeceu em várias ocasiões.

Sabemos que os indígenas eram uma presença constante na ambulância, em número variado, sendo cerca de 50 no Navio-Hospital Quelimane. Estes deviam auxiliar na limpeza do navio e recebiam tabaco e roupa da parte da Cruz Vermelha²⁴. Em Junho de 1917 foram contratados mais quinze serventes indígenas mas o chefe da ambulância pedia ainda mais cinquenta, provavelmente para substituir os que teriam sido dispensados. Em Nacature, estes eram pouco mais de 40 homens, equiparados a soldados da Cruz Vermelha e com funções de machileiros, maqueiros e serventes²⁵. Infelizmente as informações sobre estes homens são escassas.

Em contrapartida, as informações sobre os enfermeiros são mais vastas. Sabemos que estes homens eram enviados directamente de Lisboa, alguns deles adoecendo com febres e disenteria logo à chegada²⁶. Mas sobretudo, que exerciam como enfermeiros na capital. É o caso do segundo sargento enfermeiro Alberto de Figueiredo da Silva, que pediu licença à Direcção dos Hospitais de Lisboa para embarcar para Moçambique, onde esteve ao serviço desta ambulância entre Junho e Setembro de 1917. Regressou à metrópole depois de passar pela Junta de Saúde em Lourenço Marques, devido a anemia palustre²⁷.

Podemos assim constatar que alguns homens estiveram ao serviço da ambulância por um período relativamente longo. Por exemplo, entre 26 de Fevereiro de 1917 e Abril de 1918, o enfermeiro Lucílio Augusto Guimarães esteve ao serviço e entre Setembro de 1917 e Abril de 1918 o enfermeiro Frederico Mendes Gonçalves. Já Silvestre da Rocha, ajudante de enfermagem e fiel do depósito esteve entre Maio de 1917 e Abril de 1918 ao serviço da ambulância e António Joaquim Santana entre Abril de 1917 e pelo menos até Junho de 1918 como servente de enfermagem²⁸. Apesar destes casos, o quadro do pessoal de enfermagem foi mais frequentemente alterado do que o do restante pessoal.

²³ ACVP — *Pasta 1.ª Guerra Mundial África*.

²⁴ ACVP — *Pasta 1.ª Guerra Mundial África*; AHU — 02.04.19.1072.

²⁵ ACVP — *Pasta 1.ª Guerra Mundial África*; AHU — 02.04.19.920.

²⁶ ACVP — *Pasta 1.ª Guerra Mundial África*.

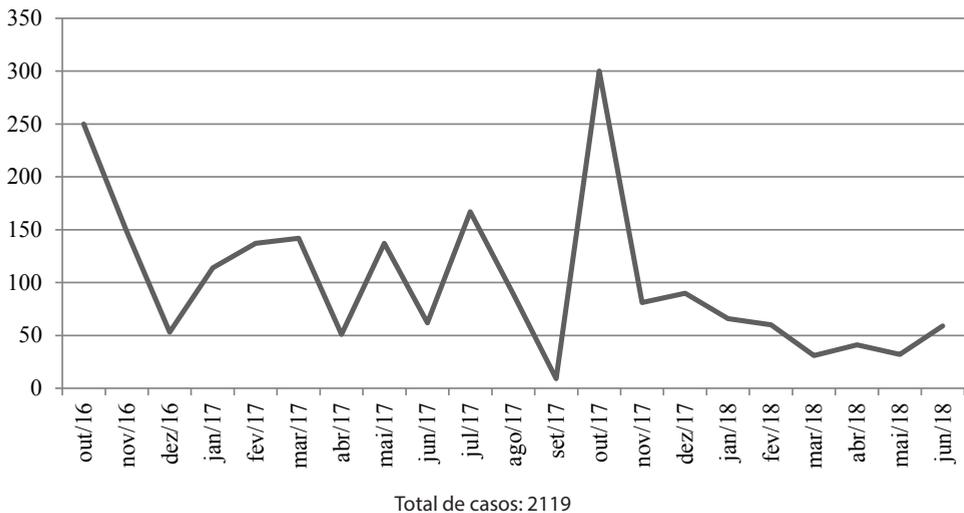
²⁷ ACVP — *Pasta 1.ª Guerra Mundial África*.

²⁸ ACVP — *Pasta 1.ª Guerra Mundial África*; AHU — 02.04.19.920.

2. SER SOCORRIDO NA AMBULÂNCIA

Através do cruzamento de várias fontes podemos realizar uma análise estatística dos pacientes admitidos na ambulância da Cruz Vermelha em Moçambique, nas diferentes localidades onde esta esteve instalada e assim conhecer um pouco melhor a importância desta estrutura no contexto da Grande Guerra. Entre 25 de Outubro de 1916 e 30 de Junho de 1918 deram entrada 2119 indivíduos. Como demonstrado no Gráfico 1, em Outubro de 1917 foi atingido o número máximo de admissões, com 300 pacientes em Chomba, que parece coincidir com um «pico» de malária. O valor mais baixo encontra-se no mês anterior com apenas nove entradas, o que não é surpreendente visto que os dados se referem a apenas 15 dias (entre 1 e 15 de Setembro) antes da partida de Mocímboa da Praia. Depois deste «pico» de Outubro, as admissões mantêm-se relativamente estáveis e em número reduzido em relação aos meses anteriores. Isto é, em Nacature o movimento na ambulância foi bastante mais calmo do que em Palma, Mocímboa da Praia ou ainda Chomba.

Gráfico 1. Admissões na ambulância da Cruz Vermelha (1916-1918)



Fonte: ACVP — *Pasta 1.ª Guerra Mundial África*; AHU — 02.04.19.903; *Boletim Oficial da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha*, 1919a: 26

Quadro 1. Admissões na ambulância da Cruz Vermelha por categoria (1916-1918)

Meses	Oficiais			Praças de pré				Civis	Outros	Total		
	Capitães	Tenentes	Alferes	Total Oficiais	Sargentos	Cabos	Soldados				Outras Praças	Total Praças
Out-16		6	2	242	12	22	200		234	8	484	
Nov-16	1		1	2	22	19	83		124	22	148	
Dez-16			1	1	7	12	53		72	9	82	
Jan-17				0	8	19	83	2	112	2	114	
Fev-17	1			1	10	25	85	1	121	15	137	
Mar-17			1	1	21	18	88	2	129	14	144	
Abr-17				0	7	14	24	1	46	10	56	
Mai-17		1	3	4	30	45	38	1	114	19	137	
Jun-17	2	2	2	6	11	13	22	2	48	8	62	
Jul-17		1		1	10	18	133	2	163	3	167	
Ago-17				0	10	16	53	3	82	7	89	
Set-17				0			9		9		9	
Out-17				0	27	37	230	5	299	1	300	
Nov-17				0		6	34	1	41		41	
Dez-17				0					0		0	
Jan-18	1		1	2	6	9	47		62	2	66	
Fev-18			2	2	8	10	35	1	54	4	60	
Mar-18			4	4	4	1	21	1	27		31	
Abr-18			1	1	8	4	28		40		41	
Mai-18				0	4	4	23		31	1	32	
Jun-18			3	3	5	7	42	2	56		59	
Total	5	10	21	36	210	299	1331	24	1864	95	30	2025

Fonte: ACVP — *Pasta 1.ª Guerra Mundial África*;
Boletim Oficial da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha, 1919a: 26

Quanto ao posto que estes pacientes ocupavam quando admitidos na ambulância, conhecemos os dados para 2025 entradas, isto é, 95,6% dos casos. Assim, como consta do Quadro 1, entre 25 de Outubro de 1916 e 30 de Junho de 1918 foram admitidos 36 oficiais, 1864 praças, 95 civis, e 30 «outros». Como os efectivos eram maioritariamente praças, não é de estranhar esta proporção. Quanto aos oficiais, contabilizamos 5 capitães, 10 tenentes e 21 alferes. Relativamente às praças, 210 eram sargentos, 299 cabos, 1331 soldados e 24 outras praças. Os dados relativos aos civis admitidos são reduzidos, o que não nos permite aprofundar esta análise. Uma hipótese é que estes fossem civis em serviço na Cruz Vermelha. Desconhecemos também qual a proporção dos indígenas nestes números. Se estes beneficiaram de cuidados de saúde na ambulância da Cruz Vermelha, podem eventualmente ser os 30 «outros» admitidos. Contudo, este número é reduzido em termos do total de indígenas recrutados pelo exército português²⁹.

Segundo os cálculos do próprio Dr. Belo, entre Dezembro de 1916 e o mesmo mês do ano seguinte, o número médio de pacientes oscilava entre 5,1 (em Mocímbo da Praia, em Setembro de 1917) e 94,3 (em Palma, em Março de 1917). Já a média de

²⁹ ACVP — *Pasta 1.ª Guerra Mundial África*; *Boletim Oficial da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha*, 1919a: 26.

dias de hospitalização variava de 4,1 dias (em Patchitinembo, em Novembro de 1917) e 22,1 (em Palma, em Abril de 1917)³⁰. Convém salientar a longa permanência dos indivíduos na ambulância segundo esta última média, ficando ainda por explicar as razões para tal facto. No sul de Moçambique existiam os Depósitos de Convalescentes de Goba e de Xefina para onde eram reencaminhados os militares em licença e/ou que necessitavam de repouso, sendo que dali muitos deles regressaram à Metrópole quando eram considerados como incapazes pela Junta de Inspeção³¹.

As causas para a entrada destes indivíduos na ambulância no período em estudo são conhecidas em 76,1% dos casos. Dos 1613 diagnósticos conhecidos, entre Outubro de 1916 e Dezembro de 1917, destaca-se a diversidade de patologias com mais de 80 registos³². Apesar da diversidade, destacam-se as febres intermitentes, um dos sinais de paludismo, em cerca de um terço dos casos, seguindo-se a disenteria, resultado da ingestão de água ou alimentos impróprios para o consumo. Um sexto das enfermidades resultava de uma anemia palustre, seguindo-se depois outros tipos de febres, sarna, diarreias, reumatismo, astenia ou fraqueza.

Quadro 2. Resumo simplificado das causas nosológicas (10/1916 – 12/1917)

Causa	N	%
Anemia palustre	272	16,9
Astenia	26	1,6
Diarreias	38	2,4
Disenteria	283	17,5
Febres (várias)	128	7,9
Febres intermitentes	500	31,0
Feridas armas ou animais	44	2,7
Indeterminada	6	0,4
Outras causas	241	14,9
Reumatismo	35	2,2
Sarna	40	2,5
Total	1613	100

Fonte: AHU – 02.04.19.903

Como indica o Quadro 2, apenas 2,7% das entradas ficaram a dever-se a feridas resultantes de armas ou animais, um número relativamente limitado, provavelmente porque a ambulância não estava no centro dos conflitos militares. Por outro lado, este

³⁰ AHU — 02.04.19.903.

³¹ AHU — 02.04.19.937.

³² Uma das grandes dificuldades em analisar os quadros nosológicos e necrológicos relativos à Primeira Guerra Mundial prende-se com a falta de uniformização na denominação das patologias.

número reforça, uma vez mais, a ideia de que a maioria dos homens que necessitavam de cuidados médicos em Moçambique estavam doentes e não feridos em resultado do conflito bélico, como tem vindo a ser afirmado por diversos autores³³.

Quanto ao número de óbitos, apenas detemos dados entre Dezembro de 1916 e Dezembro de 1917. Neste espaço de tempo, faleceram 81 indivíduos na ambulância da Cruz Vermelha, ou seja, um número relativamente reduzido, oscilando entre um falecimento assinalado em vários meses e 33 óbitos em Julho de 1917. As causas necrológicas são conhecidas na totalidade dos casos como apresentado no Quadro 3. A disenteria foi a causa principal para um quarto das mortes, seguindo-se o tifo-malária (17,3%), a febre perniciosa cardíaca (16%) e ainda o acesso pernicioso (quadro mais grave da malária, 12,3%). Seguem-se diferentes tipos de febres e outras moléstias, sendo que apenas um homem morreu devido a feridas causadas por arma de fogo (1,2%)³⁴.

Quadro 3. Causas necrológicas (12/1916 – 12/1917)

Causa	N	%
Acesso pernicioso	10	12,3
Anemia palustre aguda	2	2,5
Cachexia palustre	1	1,2
Disenteria	20	24,7
Febre biliosa hemoglobinúrica	2	2,5
Febre perniciosa abdominal	1	1,2
Febre perniciosa cardíaca	13	16,0
Febre perniciosa cerebral	1	1,2
Febre perniciosa comatosa	3	3,7
Febre perniciosa delirante	7	8,6
Febre perniciosa epileptiforme	1	1,2
Febre remitente biliosa	2	2,5
Feridas por arma de fogo	1	1,2
Infeção purulenta	1	1,2
Queimaduras	1	1,2
Submersão por delírio palustre	1	1,2
Tifo-malária	14	17,3
Total	81	100

Fonte: AHU — 02.04.19.903

Estes quadros nosológicos e necrológicos não são mais do que o reflexo do desaire das expedições portuguesas em Moçambique durante a Grande Guerra. Ao

³³ AFONSO & GOMES, 2013: 148-149, 428-435; ARRIFES, 2004; PORTELA, 2015.

³⁴ AHU — 02.04.19.903.

desconhecimento do terreno e das condições que os portugueses teriam de enfrentar, aliou-se a falta de preparação logística das quatro expedições, bem como a falta de preparação física dos militares, o que se traduziu por um mau desempenho das forças militares em Moçambique³⁵. Esta situação teve também repercussões no funcionamento da ambulância da Cruz Vermelha, sentindo-se um conjunto de dificuldades comuns às expedições (falta de instalações, de higiene, de água, de alimentos, entre outros).

3. DIFICULDADES E SOLUÇÕES ENCONTRADAS

Uma das dificuldades da ambulância da Cruz Vermelha em Moçambique está ligada ao pessoal de saúde, nomeadamente ao seu número limitado, como já aqui mencionámos. Esta situação foi ainda agravada pelo facto de muitos adoecerem, incluindo o próprio Dr. Belo. Em vários momentos, este pediu mais homens para substituir os que estavam doentes, mas nem sempre obteve uma resposta positiva, chegando a utilizar palavras como «crise» e «desanimo» para descrever a situação³⁶. Muitas das vezes, as substituições faziam-se de forma informal, como quando o secretário Santos Malta efectuou cuidados de enfermagem, apesar de não ter qualquer formação nesta área. A situação agravava-se quando o número de admissões era elevado e as instalações insuficientes, como em Maio de 1917, em Mocímboa da Praia. Apesar da utilização das barracas do depósito e dos enfermeiros, os pacientes continuavam a aguardar por uma cama, reflectindo-se numa carga de serviço extraordinária³⁷.

Desde a sua chegada ao Navio-Hospital Quelimane, Ricardo Belo criticou a burocracia e a falta de organização do serviço. Criticava ainda a falta de material básico, recorrendo à Delegação da Cruz Vermelha em Lourenço Marques com diversos pedidos. A título de exemplo, requisitou 50 metros de lona para fazer cinco machilas para transporte de pacientes. Como a questão da higiene era uma preocupação constante, e para se assegurar que as vestes dos indígenas andavam sempre limpas, o Ricardo Belo deu-lhes dinheiro para comprarem novos trajés³⁸.

Os problemas de abastecimento sentiram-se, em várias ocasiões, também com a falta de víveres e de água. Em Nacature, o abastecimento da ambulância em alimentos chegou a ser feito com recurso aos mercados locais³⁹. Quanto ao fornecimento de água, em Palma, utilizou-se uma nascente local para assim recuperar água durante a noite. Aliás, a ambulância tinha o seu próprio serviço de esterilização da água que consistia na ebulição, esterilização e filtragem da mesma⁴⁰.

³⁵ AFONSO, 2015: 157-158.

³⁶ ACVP — *Pasta 1.ª Guerra Mundial África*.

³⁷ ACVP — *Pasta 1.ª Guerra Mundial África*; *Boletim Oficial da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha*, 1919a: 25.

³⁸ ACVP — *Pasta 1.ª Guerra Mundial África*.

³⁹ ACVP — *Pasta 1.ª Guerra Mundial África*; AHU — 02.04.19.962.

⁴⁰ *Boletim Oficial da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha*, 1919a: 25.

O problema mais comum nas diferentes localidades onde a ambulância esteve sediada estava relacionado com as instalações. Por vezes estas eram rudimentares, o que obrigava a proceder a um conjunto de melhoramentos consequentes como no caso de Palma onde foram colocadas redes anti-mosquitos e ainda demolidas palhotas pois desrespeitavam as regras de profilaxia. Noutros casos, foram consertadas camas como em Mocímboa da Praia. Mas na maioria dos locais, as instalações tiveram de ser construídas de raiz, levando o pessoal da ambulância a desbravar terreno, demolir palhotas, cortar madeiras para montar novas palhotas ou barracas. Foi o que se passou em Chomba e em Mocímboa da Praia onde aqui o próprio chefe da ambulância colaborou e assim montaram as diferentes dependências (farmácia, cozinha, casa da esterilização da água, secretaria) e vedaram o local com arame farpado para evitar ataques de leões. Tudo isto representava um conjunto elevado de despesas, estando a caixa vazia em vários momentos, mesmo tendo o Governo Português financiado uma parte dos custos⁴¹.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa em Lourenço Marques organizou uma ambulância que esteve no terreno entre 1916 e 1918. Apesar desta denominação, a estrutura funcionou como um hospital de campanha, em instalações temporárias compostas por barracas ou palhotas. A localização desta estrutura foi decidida pelas forças militares tendo acompanhado os seus movimentos no terreno. Assim, nos dois últimos anos do conflito a ambulância esteve em seis locais diferentes, sendo que foi em Nacature que permaneceu mais tempo.

Apesar do carácter temporário, o número de admissões foi considerável, revelando que o serviço era intenso, faltando por vezes espaço para mais pacientes tal como pessoal para dispensar os cuidados médicos e de saúde básicos. Verificamos que eram sobretudo as doenças que levavam os soldados a recorrer à ambulância e não propriamente feridas resultantes do conflito bélico. O próprio pessoal da ambulância não ficou ao abrigo desta situação, sendo também ele afectado por diversas moléstias.

A taxa de mortalidade nesta estrutura era relativamente reduzida, destacando-se os óbitos por moléstias e não propriamente resultante dos combates. Apesar das dificuldades e limitações, esta estrutura dispensou cuidados de saúde complementares aos serviços das forças militares portuguesas, dando assim o seu contributo para o esforço de guerra neste território africano.

⁴¹ O Exército fornecia uma parte da alimentação, do pessoal e do material para a Ambulância da Cruz Vermelha. ACVP — *Pasta 1.ª Guerra Mundial África*.

FONTES

Arquivo da Cruz Vermelha Portuguesa

ACPV — *Pasta 1.ª Guerra Mundial de África.*

Arquivo Histórico Militar

PT-AHM – 1/35/1401/9.

Arquivo Histórico Ultramarino

AHU 02.04.19.903.

AHU 02.04.19.920.

AHU 02.04.19.937.

AHU 02.04.19.962.

AHU 02.04.19.971.

AHU 02.04.19.1072.

BOLETIM Oficial da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha (1919a). 1.º trimestre, III série, 3.º volume.
Lisboa: Casa Portuguesa.

BOLETIM Oficial da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha (1919b). 2.º trimestre, III série, 3.º volume.
Lisboa: Casa Portuguesa.

CRUZ Vermelha Portuguesa 1865 a 1925 (1926). Lisboa: Centro Tipográfico Colonial.

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, Aniceto (2015) — *Grande Guerra — A Campanha Portuguesa em África*. In TELO, António José, coord. — *Actas do Colóquio Internacional «A Grande Guerra — Um Século Depois»*. Porto: Academia Militar; Fronteira do Caos, p. 153-161.

AFONSO, Aniceto; GOMES Carlos de Matos, coord. (2013) — *Portugal e a Grande Guerra 1914-1918*. Vila do Conde: Verso da História.

ARAÚJO, Teresa, org. (2015) — *Moçambique na I Guerra Mundial, Diário de um alferes-médico Joaquim Alves Correia de Araújo 1917-1918*. Vila Nova de Famalicão: Húmus.

ARRIFES, Marco Fortunato (2004) — *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa: Angola e Moçambique: 1914-1918*. Lisboa: Cosmos e Instituto da Defesa Nacional.

CARVALHO, Manuel (2015) — *A Guerra que Portugal quis esquecer*. Porto: Porto Editora.

MARQUES, Rafael (2000) — *Cruz Vermelha Portuguesa*. Coimbra: Quarteto Editora.

PORTELA, Margarida (2015) — *A Grande Guerra e a medicina em África: Na senda de novas questões e à procura de novas conclusões*. In AFONSO, Carlos Filipe; BORGES, Vítor Lourenço, coord. — *Portugal e as Campanhas de África: da imposição de soberania à Grande Guerra*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares, p. 281-306.

SILVA, Helena da (2016) — *A Cruz Vermelha Portuguesa em Moçambique na Primeira Guerra Mundial, Esboço histórico*. «Revista CEPIHS», n.º 6. Vila Nova de Famalicão: Húmus, p. 415-441.

